

Uma reflexão sobre o futuro das Cúpulas Ibero-Americanas

Ricardo Lagos

Patricia Espinosa

Enrique V. Iglesias

Panamá, 2 julho de 2013



RELATÓRIO

1. O MANDATO

Na XXII Cúpula Ibero-americana (Cádiz, Espanha 16-17 novembro 2012) os Chefes de Estado e de Governo acordaram na criação de uma **Comissão** encarregada de formular propostas para a renovação da Conferência Ibero-americana e reestruturação da Secretaria Geral.

Os Chefes de Estado e de Governo decidiram que a referida Comissão fora presidida pelo ex Presidente do Chile, Ricardo Lagos, e integrada pelo Secretário Geral Ibero-Americano, Enrique V. Iglesias e pela ex. Chanceler do México, Embaixadora Patrícia Espinosa.

A Comissão contactou e auscultou os Chefes de Estado e de Governo, Ministros dos Exteriores e altos funcionários dos 22 países ibero-americanos, assim como representantes dos sectores académico e privado, não obstante, as suas reflexões são da sua exclusiva responsabilidade.

2. A IDENTIDADE IBERO-AMERICANA

2.1. O encontro dos dois mundos, há mais de 500 anos, deu origem à Comunidade Ibero-americana, com base nos povos originários, na imigração da colonização ibérica e dos escravos provenientes de África. Com o correr do tempo foram sendo incorporados fluxos migratórios da Europa, Médio Oriente e Ásia, que chegaram à América, especialmente na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. Este espaço ibero-americano é uma comunidade mestiça, caracterizada pela convivência e mistura de etnias e de culturas proporcionada por línguas e histórias partilhadas.

2.2. A nossa identidade ibero-americana, que se desenvolveu ao longo de mais de 500 anos, continua a evoluir e a incorporar novos fluxos migratórios e novas visões. Hoje em dia constitui um rico espaço cultural cada vez mais reconhecido e que oferece maiores e renovadas oportunidades. Não se trata de um espaço rígido, preso ao passado, mas antes uma identidade viva, que se por um lado

reflete distintas circunstâncias e experiências históricas, projeta visões partilhadas frente aos desafios atuais.

- 2.3. A Comunidade Ibero-Americana é um exemplo de convivência entre diferentes identidades étnicas e culturais, no mesmo espaço geográfico. Todavia, falta ainda um longo caminho por percorrer para solidificar sociedades inclusivas que ofereçam a todos os cidadãos as oportunidades para desenvolver plenamente as suas potencialidades.

3. ALGO DE HISTÓRIA

- 3.1. Em 1991, o Governo da Espanha, (representado pelo Rei, pelo Presidente do Governo), e o Presidente do México, apoiados pelo Presidente do Brasil, lançaram a iniciativa de celebrar uma reunião de mandatários dos países Ibero-Americanos, que teve lugar na cidade de Guadalajara no México.
- 3.2. Nesse encontro os Chefes de Estado e de Governo acordaram constituir uma Conferência Ibero-Americana flexível e de estrutura ligeira nos seus mecanismos de apoio, com base em três critérios fundacionais: ser Estados soberanos da América e da Europa, com o espanhol ou o português como línguas oficiais; ter o consenso como método de adoção de decisões; e promover o diálogo aberto, respeitando a diversidade de modelos econômicos e políticos.
- 3.3. Dessa forma acordaram que os países participantes se comprometeram com propósitos e princípios consagrados na carta das Nações Unidas, no Direito Internacional, no aprofundamento da Democracia, no Desenvolvimento, na promoção da proteção universal dos Direitos Humanos, no fortalecimento do multilateralismo e das relações de cooperação entre todos os povos e nação e na recusa da aplicação de medidas coercivas unilaterais contrárias ao direito internacional.
- 3.4. Desde então, a Conferência passou a realizar-se anualmente ao mais alto nível. Não tem por base um tratado internacional, mas antes sucessivas declarações de caráter político. Dessa forma foi-se

consolidando um acervo ibero-americano de posições acordadas por unanimidade.

- 3.5. A partir de 1995, foram desenvolvidos programas de cooperação ibero-americana em diversos âmbitos, administrados e financiados pelos países da região que favorecem o fortalecimento da nossa comunidade.
- 3.6. A Cúpula de 2002 solicitou ao ex. Presidente do Brasil, Senhor Fernando Henrique Cardoso, a preparação de um relatório com propostas para promover uma maior coesão e eficácia da cooperação, presença internacional e institucionalização do sistema de conferências.
- 3.7. O **"Relatório Cardoso"** - uma importante reflexão política sobre os valores que diferenciam esta comunidade de nações - propôs, o estabelecimento de uma Secretaria Permanente Ibero-americana, que fez a sua primeira apresentação no ano 2005. A criação da SEGIB constituiu um passo fundamental para assegurar o apoio à organização das Cúpulas e dos programas e projetos de cooperação.

4. O MUNDO MUDOU

- 4.1. Nos últimos 20 anos, o mundo mudou e o espaço ibero-americano não ficou alheio a tais mudanças. No início dos anos 90, a realidade dos países ibéricos era muito diferente da que se vislumbra nos nossos dias: eram países com uma transição democrática de muito sucesso e que caminhavam com passo rápido e seguro pelos caminhos que conduziam ao desenvolvimento e ao bem estar. Por sua parte, os países da América Latina avançavam no processo de democratização, no estabelecimento de instituições e na superação dos problemas económicos da chamada "década perdida"; em muitos casos começava um processo de estabilidade e abertura das economias ao comércio e investimentos internacionais.

- 4.2. Hoje, vivemos mudanças comparáveis às ocorridas no início dos 90 com o fim da guerra fria. Os efeitos da crise financeira de 2008-2009, que geraram severos problemas econômicos e políticos nos Estados Unidos e na Europa; a consolidação da Ásia, e da China em particular, como um ator econômico fundamental na ordem mundial; e, as mudanças políticas, sociais e econômicas observadas na América Latina desde 2002, constituem fenômenos que voltam a mudar os parâmetros nos quais se desenvolve a comunidade ibero-americana.
- 4.3. A América Latina vive um momento da sua história no qual a Democracia se instalou, apesar de ainda ser necessário fortalecer a institucionalidade democrática e responder de maneira mais adequada às legítimas expectativas dos nossos cidadãos. No âmbito econômico a resistência que a América Latina mostrou face à atual crise, que afeta principalmente a Europa e os Estados Unidos, faz com que emergja como uma região de grande potencial. Hoje, o mundo olha a América Latina com uma diferente perspectiva.

5. MUDANÇAS POLÍTICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

- 5.1. De uma parte, para a União Europeia, as especiais relações da Espanha e Portugal com a América Latina constituem um espaço privilegiado pelos seus vínculos históricos, linguísticos, culturais e econômicos. Por outra parte, Espanha e Portugal são importantes pontos de apoio para as relações econômicas, comerciais e políticas da América Latina com a Europa.
- 5.2. Este espaço vê-se fortalecido, até porque, em resultado da recente crise, se gerou uma maior simetria na dinâmica econômica de seus países membros. A qual possibilita também, a conformação de um espaço comum com situações, desafios e problemas, mas também, com a oportunidade de gerar laços de cooperação para solucionar situações, apelando a experiências partilhadas.

5.3. Alguns dos grandes desafios que hoje enfrenta a América Latina, podem colher experiências úteis vividas nos países da península ibérica, a saber:

Subsiste a preocupação pelo nível de pobreza na América Latina, mas deve preocupar muito mais a desigualdade. Como se faz para gerir políticas públicas eficientes para diminuir a desigualdade?

A estruturação de uma nova classe média emergente, com mais capacidade de consumo e de endividamento, mais habilitada, que remete em questão os velhos paradigmas do exercício do poder.

A necessidade de melhorar a qualidade da política. O problema, hoje, não é o de termos ou não termos democracia, mas antes saber como melhorar as instituições próprias da democracia representativa e como otimizar a sua relação com a democracia participativa

5.4. Como gerar mecanismos de diálogo e de cooperação que permitam que este espaço ibero-americano possa ajudar a enfrentar estas novas realidades? Como atualizar-nos para estas novas realidades?

Propomos uma reflexão sobre quatro aspetos vinculados a esta pergunta:

- A identificação de novas prioridades nos campos sobre os quais vêm atuando as cúpulas: Político, Económico, Social e Cultural.
- A melhoria da organização das Cúpulas.
- A renovação da Cooperação Ibero-americana e as suas implicações sobre o funcionamento, organização e financiamento da Secretaria Geral (SEGIB)

6. A COOPERAÇÃO COMO EIXO DA COMUNIDADE IBERO-AMERICANA

- 6.1. A cooperação ibero-americana desempenhou um importante papel nas relações entre os seus países, contribuindo para fomentar políticas públicas de desenvolvimento assim como processos de regionalização.
- 6.2. No contexto atual, devemos substituir a concepção de cooperação definida na relação "doador-receptor" por uma concepção mais moderna que interiorize as mudanças ocorridas nos últimos anos. Hoje, quase todos os países latino-americanos são qualificados como de renda média, tendo mudado, significativamente, a assimetria que existia há 10 anos, do que se trata hoje de saber é se somos capazes, uns com os outros, de cooperar para resolver problemas comuns e construir um futuro partilhado.
- 6.3. A cooperação ibero-americana integra a intensa atividade desenvolvida por quatro instituições que vêm operando desde há várias décadas nos países ibero-americanos: a Organização Ibero-Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI); a Organização Ibero-Americana para a Segurança Social (OISS); a Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ); e a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB).
- 6.4. Atualmente, a SEGIB dá o seu apoio a 23 projetos intergovernamentais de cooperação nas áreas social, económica e cultural; 6 projetos tutelados; 1 iniciativa e 5 redes ibero-americanas de cooperação.
- 6.5. A cooperação ibero-americana tem um traço singular que a distingue das formas tradicionais de administrar a cooperação, uma vez que os projetos são selecionados, administrados e financiados pelos países membros, o que contribuiu para a sua eficácia.
- 6.6. Uma contribuição da Secretaria no âmbito da cooperação Sul-Sul, que vale apenas destacar diz respeito ao inventário que se integrou das distintas atividades que realizam entre si os países ibero-americanos, e à qual se incorporaram os países do Caribe.

PROPOSTAS

- 6.7. Focalizar a cooperação Ibero-Americana: Nos seguintes pontos incluem-se propostas de distintos âmbitos.
- 6.8. Requer-se desenvolver uma **estratégia de comunicação** orientada para conferir uma maior visibilidade aos programas, iniciativas e projetos de cooperação, a fim de que estes sejam claramente identificados pelas sociedades Ibero-americanas e cheguem aos diversos públicos para que estão destinados.
- 6.9. É necessário promover uma aproximação sistemática com o setor privado e com a sociedade civil, com a finalidade de propiciar a sua participação ativa.
- 6.10. **Diálogo Político**
- 6.11. Durante mais de uma década, a Conferencia Ibero-Americana foi o único fórum de diálogo político ao mais alto nível, no qual participaram todos os países latino-americanos e ibéricos.
- 6.12. O diálogo político entre os países da Região mudou nos últimos anos. Hoje os países latino-americanos, contam com um foro próprio, a Comunidade dos Estados da América Latina e Caribe (CELAC), que facilita a adoção de posições conjuntas, serve de ponto de apoio à solução de diferendos entre os seus países membros, acorda posições coletivas frente aos grandes temas internacionais. A CELAC é o espaço político da região, que contribui para fortalecer a sua presença num cenário internacional. Pela sua parte, os países ibéricos são membros da União Europeia, pelo que têm a obrigação de tomar decisões sobre temas fundamentais com os seus sócios europeus.
- 6.13. Apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos, o certo é que o espaço Ibero-americano continua a existir, seguindo válido como uma história partilhada, uma comunidade de línguas e valores, que faz deste espaço uma grande oportunidade para enfrentar de forma colaborante os desafios comuns. Hoje, o “Ibero-Americano” traz valor acrescentado a cada uma das partes envolvidas.

PROPOSTAS

- 6.14. Neste novo contexto, as **Cimeiras deverão reavaliar os seus objetivos** e a sua forma de operar, privilegiando os diálogos e o intercâmbio de experiências e pontos de vista sobre temas de interesse comum que poderiam dar lugar a ações de cooperação posterior.
- 6.15. Sugerem-se as seguintes áreas de renovado interesse para o diálogo político:
- a) **Os grandes temas do debate internacional, particularmente, os que ocupam o G20.** O cenário internacional em mudança coloca constantemente temas que merecem a atenção de um grupo tão importante de mandatários. Em relação ao G 20, e tendo em conta que quatro países ibero-americanos já pertencem a esse grupo, o debate sobre alguns dos temas poderia ser útil.
 - b) Os problemas da **segurança da cidadania** e o crime organizado de que sofrem os países latino-americanos e em particular, do Caribe, devem ser abordados com um enfoque global. Nesse contexto é importante aproveitar a experiência e as iniciativas que se geraram no quadro da Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB).
 - c) **O desenvolvimento de um novo marco concetual e de cooperação sobre os fluxos migratórios a nível global. Trata-se de um tema de atualidade,** uma vez que tanto os países da América Latina e do Caribe, como os europeus são países de origem, transito e destino de migrantes. As crises económicas que o espaço económico europeu atravessa e em particular o ibérico, deram lugar a correntes de retorno de migrantes instalados na Península nos últimos anos bem como de migrantes europeus em direção à América Latina.
 - d) É importante manter os encontros de representantes dos parlamentos ibero-americanos e promover um espaço para a sua participação nas Cimeiras. Tal fortaleceria a relevância do espaço ibero-americano, ao incorporar de maneira mais ativa os setores políticos nacionais.

6.16. **Cooperação na área econômica**

- 6.17. As relações económicas entre os países membros da Comunidade Ibero-americana potenciaram-se fortemente nos anos 90, quando muitos países latino-americanos abriram suas economias e atraíram importantes fluxos de investimento estrangeiro, incluindo investimentos de Espanha e Portugal.
- 6.18. A situação mudou nos últimos anos. Hoje a América Latina tem uma relação económica mais simétrica com os países da Península Ibérica, com crescentes fluxos de investimento em ambos os sentidos.
- 6.19. A SEGIB promoveu ações de cooperação para apoiar pequenas e médias empresas, tendo em vista o desenvolvimento de negócios. Para o efeito promove programas e seminários, bem como encontros anuais, que se celebram no âmbito das Cimeiras.

PROPOSTAS

- 6.20. A fim de seguir aprofundando os vínculos económicos entre os países ibero-americanos, sugere-se promover a cooperação nas seguintes áreas:
- a) **Tecnologia e inovação:** Propõem-se impulsionar uma iniciativa que convoque os empresários, as instituições de investigação e desenvolvimento tecnológico e as instituições de ensino superior para criar plataformas tecnológicas que promovam a competitividade e a produtividade em todos os níveis da cadeia de valor.
 - b) **Investimento:** Mobilizar apoios à constituição de empresas multi-ibero-americanas, especialmente PyMES, através da capacitação e acesso ao financiamento. Garantir um **ambiente favorável para os investimentos, a fim de consolidar a posição da América Latina como uma região atrativa para investimentos produtivos.**

- c) **Infraestrutura:** Apoiar e estimular o **investimento em infraestruturas**, nas quais a América Latina tem um grande déficit que impõe limitações à sua capacidade de crescimento.
- d) **Promover o empreendedorismo juvenil** através de um programa para facilitar o estágio de jovens empreendedores em empresas ibero-americanas, por períodos curtos.
- e) Apoiar a consolidação da recente iniciativa do setor privado ibero-americano de criar um **Sistema ibero-americano de arbitragem comercial**.
- f) Promover a ativa participação do setor privado no desenho e execução de programas de cooperação.

6.21. **Cooperação na área Social.**

6.22. A cooperação ibero-americana no setor social tem sido muito variada ao longo das décadas de atividade das instituições dedicadas à cooperação em matérias como educação, a coesão social, a cultura, a segurança social e a juventude. A região enfrenta enormes desafios na diminuição da desigualdade e na construção de sociedades mais inclusivas.

PROPOSTAS

6.23. Sugere-se o fortalecimento da cooperação nas seguintes áreas:

- a) Criar um Espaço Ibero-Americano do Conhecimento que articule diversos programas com a participação de instituições educativas públicas e com empresários, privilegiando os seguintes âmbitos.
 - **Criação de um sistema ibero-americano de bolsas para estudantes** de ensino superior e pós graduação, similar ao programa Erasmus, da União Europeia.
 - Fortalecer o programa de **mobilidade académica de professores** e investigadores e que conte com recursos

financeiros públicos e privados para o seu funcionamento, a fim de promover o intercâmbio de experiências e propiciar a criação de capacidades tecnológicas próprias.

- Criar um sistema de **reconhecimento de créditos académicos e revalidação de créditos, graus e títulos universitários** que facilitem o fluxo de talentos em toda a Ibero-América. Existem muito valiosas iniciativas em execução.
 - **A criação de espaços de diálogo com as comunidades indígenas** a fim de participarem na definição de programas de cooperação destinados a apoiar-las. Em particular propiciar que o Fundo Indígena, criado durante a primeira Cúpula Ibero-americana, em Guadalajara, no ano 1991, apoie eficazmente estes programas.
- b) Apoiar os **programas de cooperação cultural e social com as comunidades afro-descendentes**, atualmente em via de instrumentação.
- c) Fortalecer os vínculos entre **empresa e sistema educativo** promovendo atividades de estágio em empresas ibero-americanas abertas a este tipo de apoio. Estas e outras iniciativas similares podem servir para abordar o problema do elevado desemprego juvenil na Ibero-América.

6.24. **Cooperação na área Cultural**

- 6.25. O apoio às Culturas da região, não é somente uma forma de nos projetarmos para o exterior com a nossa própria identidade, mas, constitui também uma maneira de fortalecer os laços ibero-americanos dentro das nossas fronteiras. A Cultura tem demonstrado ser o melhor instrumento de comunicação, de fortalecimento da paz e da coesão social no espaço ibero-americano.
- 6.26. A identidade cultural, particularmente o âmbito da língua é o que nos une e distingue como comunidade ibero-americana. A OEI e a SEGIB promoveram uma variada gama de programas de cooperação

em áreas como o cinema, a música, os museus, os arquivos, as indústrias culturais, as orquestras juvenis, o artesanato, entre outras.

PROPOSTAS

- 6.27. É necessário reforçar os intercâmbios e a colaboração para o conhecimento e enriquecimento das culturas ibero-americanas e, ao mesmo tempo, contribuir para a projeção da Ibero-América no mundo.
- 6.28. Para este fim poder-se-ia avançar nos seguintes âmbitos:
- a) **Criar um Espaço Cultural Ibero-americano**, que articule os distintos programas e iniciativas neste âmbito e que abarque todas as dimensões da cultura, de acordo com os compromissos assumidos na Carta Cultural Ibero-Americana.
 - b) **Promover o conhecimento e a difusão das línguas espanhola e portuguesa**, propiciando a cooperação entre os Institutos Cervantes e Camões, e as instituições dos países da América Latina.
 - c) **Promover e proteger as indústrias culturais**, através de iniciativas de grande impacto social (como concertos ou feiras culturais) e que possam ser atrativas para os agentes económicos dos mercados culturais.
 - d) **Potenciar as relações culturais com as comunidades de origem ibero-americana que vivem em países como Estados Unidos, Canadá e Japão entre outros**. Há mais de 50 milhões de pessoas que falam os idiomas ibero-americanos e, parte de sua identidade, relaciona-se com suas origens culturais. Esses grupos estão adquirindo uma crescente presença na vida

política desses países. Será útil estabelecer alianças estratégicas da SEGIB com Institutos de promoção das comunidades ibero-americanas nesses países, como o Instituto dos Mexicanos no Exterior. Uma experiência similar aos Congressos de Cultura Ibero-americana ou iniciativas com amplo poder de convocar a sociedade, poderia reproduzir-se nesses países, o que propiciaria vínculos mais sólidos com os valores e raízes culturais.

- e) Continuar a organizar os **Congressos de Cultura Ibero-americana**, que deram excelentes resultados na difusão da cultura Ibero-Americana.

7. PROPOSTAS PARA A ORGANIZAÇÃO DAS CÚPULAS IBERO-AMERICANAS

- 7.1. Nas consultas realizadas, houve consenso sobre a necessidade de renovar as Cúpulas, com base nas valiosas experiências acumuladas ao longo de mais de duas décadas.

PROPOSTAS:

- 7.2. Neste contexto, sugerimos:

- a) **Modificar a frequência** anual das Cúpulas para períodos bienais, de forma alternada com as Cúpulas CELAC-UE, já que hoje em dia são muitas as instâncias que convocam os mandatários e comprometem boa parte da sua agenda. Nos anos em que não se realizem as Cúpulas, haverá um encontro centrado nas atividades de cooperação ibero-americana, com a participação dos Ministros de Relações Exteriores.
- b) Esta reunião de Ministros de Exteriores será precedida por uma **Reunião Bienal de Altos Funcionários de Cooperação Ibero-americana**, com a participação dos Secretários das

cinco organizações ibero-americanas. Nessa reunião se avaliará o progresso dos programas de Cooperação destes organismos, em particular os que derivam dos mandatos das Cúpulas. Os resultados dos debates serão apresentados aos Ministros de Exteriores, que os encaminharão aos Chefes de Estado e de Governo.

- c) **Destinar o maior tempo possível ao diálogo aberto e informal entre as Chefas e Chefes de Estado e de Governo** seguindo um formato de “retiros” com temas sugeridos pelo país sede, embora conferindo liberdade aos mandatários de suscitar os assuntos que considerem de interesse. Tal significa que as Cúpulas devem ser reuniões para conversar informalmente e em privado sobre temas de interesse comum.
- d) Propõe-se que, daqui em diante, as **Chefas e os Chefes de Estado e de Governo não aprovem mais declarações**, programas de ação e comunicados especiais, salvo aqueles que sejam levados à sua consideração pelos Chanceleres. A Chefa ou Chefe de Estado e/ou de Governo do país sede da Cúpula poderá divulgar um resumo dos debates, da mesma maneira que os Mandatários poderão emitir uma declaração formal sobre um ou mais temas, quando o estimem conveniente.
- e) As decisões que devem ser adotadas formalmente passarão a ser tratadas pelos Ministros de Exteriores. A reunião de Chanceleres prévia à Cúpula Ibero-Americana, será a última instância para a aprovação dos referidos documentos.
- f) Será muito útil e necessário que a SEGIB mantenha contatos regulares com as secretarias a cargo da CELAC e da Cúpula CELAC-EU, de forma a que haja uma adequada coordenação de agendas, calendários e uma colaboração construtiva e permanente.
- g) As Cúpulas Ibero-americanas serão precedidas por encontros empresariais, da sociedade civil, de parlamentares e dos governos locais.

- h) Organizar, no âmbito das **Cúpulas Ibero-americanas, algum evento cultural relevante** que desperte o interesse de um amplo setor da população, como uma forma de tornar mais próximo estes encontros de mandatários da sociedade.
- i) Organizar painéis de mandatários para dialogar com o setor privado e a sociedade civil sobre aspetos relacionados com o tema central da Cúpula, aproveitando as tecnologias de informação e da comunicação.

8. PROPOSTAS PARA A SECRETARIA GERAL IBERO-AMERICANA

- 8.1. **Fortalecimento da Secretaria Geral Ibero-americana:** É fundamental uma maior coordenação e colaboração entre as distintas instituições no âmbito ibero-americano. Para o efeito, propõe-se que todas as organizações ibero-americanas (a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI); a Organização Ibero-americana de Seguridade Social (OISS); a Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ); e a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB)), se integrem numa estrutura que garanta a comunicação, coordenação, criação de sinergias e o maior aproveitamento dos recursos com que contam. Tal requereria uma negociação detalhada de um instrumento em que se mantenham as competências das distintas instituições. Importa que os seus escritórios no terreno se coordenem e procurem operar num mesmo local com a designação de "Escritório Ibero-Americano de Cooperação".
- 8.2. Os titulares dos quatro organismos ibero-americanos participariam conjuntamente com o Secretário Geral na Reunião Bienal de Altos Funcionários de Cooperação Ibero-americana.
- 8.3. Tendo em conta que a totalidade dos países consultados coincidiu em considerar a **Cultura como um fator integral de coesão e projeção do Espaço Ibero-americano**, propomos que a área cultural tenha um nível de Secretariado Cultural no organigrama da SEGIB.

- 8.4. Agrupar os programas, iniciativas e projetos de cooperação em quatro grandes Espaços Ibero-Americanos: O Espaço Comum de Conhecimento, o Espaço Cultural, o Espaço da Coesão Social e o Espaço da Economia de Inovação, o que facilitaria a tarefa de seleção e avaliação de prioridades, evitando a dispersão.
- 8.5. Criação de um **Fundo de Cooperação Ibero-americano**, aberto à participação de Governos, instituições públicas e privadas, bem como observadores associados. A finalidade deste fundo é de assegurar a viabilidade dos projetos de cooperação e cumprimento dos mandatos das Cúpulas.
- 8.6. Ampliar a **presença da SEGIB na América Latina através dos Escritórios de Representação**, para que os programas e os projetos de cooperação respondam mais eficazmente à realidade concreta dos países, para fortalecer o contato com os Governos e conseguir uma maior visibilidade da Comunidade Ibero-americana. Propõe-se igualmente que o financiamento destes Escritórios, se incorpore no orçamento geral da SEGIB, e seja complementado com a sua capacidade de mobilizar recursos próprios provenientes da execução de projetos.
- 8.7. A SEGIB deverá **aprofundar seus contatos regulares com instituições acadêmicas** dedicadas à investigação do pensamento ibero-americano e das relaciones ibero-americanas e, nesse sentido promoverá e divulgará estudos e ensaios sobre a identidade da cooperação ibero-americana nas suas distintas frentes. Seria útil poder dispor de uma publicação regular e/ou virtual. Também se considera de utilidade a promoção de concursos sobre temas ibero-americanos, convocando, especialmente as jovens gerações.
- 8.8. **Abrir um espaço de diálogo e de coordenação com outros organismos regionais** de cooperação, o qual contribui para maximizar e complementar o valor agregado que cada um deles aporte.
- 8.9. É fundamental para os interesses da Comunidade Ibero-Americana conferir uma maior visibilidade às suas ações e programas. Nesse espírito, deverá fortalecer as relações de diálogo com a sociedade civil, através dos meios digitais que permitam uma cidadania

informada e participativa dos processos que decorrem das Cúpulas e dos Instrumentos de Cooperação.

- 8.10. Em função das decisões de reforma acordadas pelos Governos, e antes da aprovação do orçamento da Secretaria para o ano de 2014, o Secretário Geral apresentará aos Coordenadores Nacionais a **proposta de um novo organigrama, que permita à SEGIB contar com uma equipa de recursos humanos estável, profissional e adequado ao seu funcionamento.**
- 8.11. Promover a participação e o apoio dos países observadores-associados-associados e das organizações que são observadores consultivos da Conferência Ibero-Americana.

9. FINANCIAMENTO

- 9.1. Propomos avançar no sentido de uma distribuição mais equilibrada na escala de quotas para financiar a institucionalidade da Secretaria Geral Ibero-americana.
- 9.2. Atualmente a escala de quotas da SEGIB rege-se pelo princípio 70/30, isto é, 70% por conta da Espanha e Portugal e 30% por conta dos países latino-americanos. O México, Brasil e Argentina contribuem, em conjunto, um 24.71%, enquanto os outros 16 países latino-americanos fornecem 5.29%.

PROPOSTAS

- a) **Modificar a distribuição da escala de quotas, para uma proporção de 60/40**, 55% corresponderiam a Espanha, 5% a Portugal e Andorra, e 40 % aos países da América Latina. As quotas de cada país da América Latina e Caribe definir-se-ão com base na escala de quotas das Nações Unidas e serão atualizados de forma automática, cada vez que aquela instituição o faça.

- b) Propomos, igualmente, **a médio prazo, estabelecer uma proporção de 50/50** entre as quotas suportadas pela América Latina e por Espanha, Portugal e Andorra.

10. CONCLUSÃO

Podemos assinalar com toda a convicção que num mundo profundamente global e interdependente, os governos ibero-americanos podem contribuir para a construção de soluções em benefício das suas sociedades.

O futuro da Comunidade Ibero-Americana será melhor para todos se conseguir aprofundar as suas raízes e preservar os valores que lhe deram origem, garantindo o respeito e o reconhecimento à sua diversidade e fortalecendo os meios de diálogo e a cooperação na construção de um futuro melhor e mais digno para todos.

Devemos nesta nova etapa, concretizar os três espaços que lhe darão a projeção política a esta comunidade ibero-americana: o espaço comum do conhecimento, o espaço comum da tecnologia e a inovação e o espaço comum da cultura.

ANEXO I: Consultas aos Estados Ibero-americanos

Na XXII Cúpula Ibero-americana (Cadiz, Espanha 16-17 novembro 2012) os Estados participantes tomaram a decisão de criar uma *Comissão encarregada de formular propostas, em consulta com os países, para a renovação da Conferência Ibero-americana e a reestruturação da Secretaria Geral*.

País	Autoridade consultada	Data da consulta
1. Andorra	*Ministro das Relações Exteriores – Gilbert Saboya Sunyé	12/02/2013
2. Argentina	*Ministro das Relações Exteriores e Culto – Héctor Marcos Timerman	03/04/2013
3. Bolívia	*Ministro das Relações Exteriores – David Choquehuanca Céspedes	17/05/2013
4. Brasil	*Ministro das Relações Exteriores – Antonio de Aguiar Patriota	02/04/2013
5. Chile	*Ministro das Relações Exteriores – Alfredo Moreno Charme	17/05/2013
6. Colômbia	Ministra das Relações Exteriores – María Ángela Holguín Cuéllar	17/05/2013
7. Costa Rica	*Ministro das Relações Exteriores e Culto – José Enrique Castillo Barrantes	18/05/2013
8. Cuba	* Ministro das Relações Exteriores, Bruno Rodríguez * Vice Ministro das Relações Exteriores, Abelardo Moreno	06/06/2013
9. Ecuador	*Ministro das Relações Exteriores, Comercio e Integração – Ricardo Patiño Aroca	17/05/2013
10. El Salvador	*Vice Ministro das Relações Exteriores, Integração e Promoção Econômica – Carlos Alfredo Castaneda Magaña	17/05/2013
11. Espanha	S.M. O Rei – Juan Carlos I *Ministro de Assuntos Exteriores e de Cooperação – José Manuel García-Margallo *Secretário de Estado de Cooperação Internacional e para Ibero-América – Jesús Gracia Aldaz	12/02/2013 11/02/2013 11/02/2013
12. Guatemala	*Vice Ministro das Relações Exteriores – Carlos Raúl Morales Moscoso	18/05/2013
13. Honduras	*Secretária das Relações Exteriores – Mireya Agüero de Corrales	18/05/2013
14. México	*Secretário das Relações Exteriores – José Antonio Meade Kuribreña	13/03/2013
15. Nicarágua	*Vice Ministro das Relações Exteriores – Orlando Gómez Zamora	18/05/2013
16. Panamá	*Ministro das Relações Exteriores – Fernando Núñez Fábrega	18/05/2013
17. Peru	*Ministra das Relações Exteriores – Eda Rivas Franchini	17/05/2013
18. Paraguai	*Chanceler Nacional, Sr. José Félix Estigarribia *Presidente do Paraguai, Sr. Federico Franco *Presidente Eleito do Paraguai, Sr. Horacio Cartes	21/06/2013
19. Portugal	Primeiro Ministro – Pedro Passos Coelho *Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros – Paulo Portas	13/02/2013
20. R. Dominicana	*Vice Ministra de Política Exterior – Alejandra L. de la Cruz	18/05/2013
21. Uruguai	* Ministro das Relações Exteriores, Sr. Luis Almagro	24/06/2013
22. Venezuela	*Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário ante Peru – Alexander Gabriel Yánez Deleuze	17/05/2013



